



<https://doi.org/10.51880/ho.v26i3.1353>



Cacos da memória: bricolagem intercultural na Comunidade Buçu (Augusto Corrêa/PA, Amazônia Oriental)

Danilo Gustavo Silveira Asp*

ORCID iD 0009-0008-3012-6399

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Cooperação e Fomento, Coordenação de Educação Patrimonial, Brasília, Brasil

Resumo: Agricultores do Buçu (Augusto Corrêa, PA), ao cavarem um buraco na roça depararam-se com um artefato: cerâmica associada a ossos. Instigados, se dirigiram a Universidade apresentando inquietações a respeito do *lugar* onde vivem e labutam. As particularidades do *relato espontâneo* e a natureza peculiar do *achado fortuito* estimularam o estudo do caso. Dada a característica peremptoriamente transdisciplinar da pesquisa, pois permeia história, antropologia e arqueologia, e balizado pelo diálogo entre documentos de naturezas diversas, como oralidade, cultura material e fontes imagéticas, apresentam-se investigações acerca dos fragmentos mnemônicos sobre o passado da localidade, oriundos dos depoimentos dos agentes sociais, em cotejo com análises dos modos *vivendi* e *operandi* dos sujeitos. Destaca-se que a bricolagem intercultural existente na construção de saberes na espacialidade, é marca indelével do caráter interétnico de sua pertença e de sua identidade enquanto Comunidade buçuence.

Palavras-chave: Oralidade. Identidade. Pertença.

Memory shards: intercultural bricolage in the Buçu Community (Augusto Corrêa-PA, Eastern Amazônia)

Abstract: Farmers from Buçu (Augusto Corrêa, PA), while digging a hole in the farm, came across an artifact: pottery associated with bones. Curious, they headed to the University showing concerns on the place where they live and work. Particularities of this spontaneous report and the peculiar nature of their fortuitous finding led to this case study. Given the peremptorily transdisciplinary characteristic of this research, once it involves history, anthropology and archeology, and guided by the dialogue between different kinds of documents, such as orality, material culture and imagery sources, investigations on the mnemonic fragments about the past of that place, coming from testimonies of social agents, in comparison with analyzes of subjects' *vivendi* and *operandi modi*, are shown. It is important to note

* Mestre Interdisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA), pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Especialista em Educação para as Relações Étnico Raciais (GERA/UFPA); Licenciado em História (FAHIST/UFPA). E-mail: danilo.asp@iphan.gov.br.

that the existing intercultural bricolage in knowledge's construction in the space is an indelible mark of interethnic character of belonging and identity as a community.

Keywords: Orality. Identit. Belonging.

Introdução

De chofre é mister esclarecer que segundo os entrevistados, no último quartel do séc. XIX, à época em que comerciantes lisboetas¹ se instalaram na Comunidade, o lugar já era conhecido por seu nome atual, “Buçu”: “[...] quando o meu bisavô chegou por lá já existiam nativos na região, espalhados, todos descendentes de índios” (Orlandino Adriano de Seixas Alves, 2021).²

A etimologia da palavra *buçu* provém do tronco linguístico Tupi: *m'busu*, *mbusú* ou *ymbusú* (Navarro, 2013). Nesse contexto, o termo denomina uma palmeira, cujo nome científico é *Manicaria saccifera* (Gaertn). Tal espécie de coqueiro caracteriza-se por ser nativo das regiões tropicais americanas e pode atingir até 10 m de altura (Cabalzar, 2017). Pode ser reconhecida também por outras alcunhas: ubussu (ou ubuçú), tururi, palheiro, geruá e, em castelhano, *jícara* ou *cabecinegro*.



Figura 1 – O buçu à beira-rio; gravuras da copa e de suas partes; e seu coquinho aberto. Fontes: foto da palmeira do *Dicionário Informal*, disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/bu%C3%A7u/>; ilustração e placa de amostra em Martius (1895) v. 2, tab. 98 e 99 - *Sample Plate* (Domínio Público), disponível em: <https://www.biodiversitylibrary.org/item/9917#page/379/mode/tup>; imagem do aspecto interno do fruto do buçuzeiro, disponível em: https://www.biodiversity4all.org/taxa/365657-Manicaria-saccifera/browse_photos.

- 1 João Baptista Monteiro, imigrante português que trabalhou e morou no Buçu, militar, comerciante e político que foi influente cidadão augusto-correense na primeira metade do séc. XX. Bisavô de Orlandino Alves que concedeu entrevista e colaborou com o presente trabalho.
- 2 Acerca do uso da fonte “Segoe Script”, explica-se: se adotou esta metodologia em função do desejo de explicitar na grafia da escrita, a necessária diferenciação textual, aquando dada citação se trata de oralidade (expressar a fala vocalizada pelo interlocutor). A letra estilizada condiz ao discurso emitido verbalmente pelo agente social, no intuito de destacar esta forma de comunicação das outras citações de cunho bibliográfico, para enfatizar e valorizar o teor dos documentos orais enquanto testemunhos vivos.

Em conformidade, alguns buçuzenses³ entendem que o nome da Comunidade é uma referência à Manicaria, sobretudo os mais jovens. Por exemplo Marcelo Júnior Ferreira Corrêa de 32 anos (Figura 2), agricultor, morador da vila, compartilhou que, curioso e inquieto a respeito deste assunto, *pesquisou no Museu para saber o que significava aquela palavra*⁴ que designa o *lugar* em que sua família habita há mais de cinco gerações, *em cima da terra*, tirando o sustento diretamente do labor no seio da natureza – como contou seu progenitor, Melquíades de Souza Corrêa (2019)⁵ (Figura 4). Todavia, o fato é que buçuzeiro algum há por ali, tampouco em seus entornos: tal espécie não é mais localizada na região. Entretanto, ao se consultarem moradores “mais velhos” da Comunidade, e ao se aprofundarem as investigações se descobriu outra possibilidade a respeito da origem do topônimo.

Nesse contexto, há a hipótese de que o epíteto Buçu se refira então à outra árvore amazônica, o *buiúçu* (*Ormosia coutinhoi* Ducke), habitante das várzeas e áreas de igapó. Esta sim uma planta endêmica na região e encontrada ainda hoje em dia nas matas ciliares do rio Buçu. Além de ocorrer com frequência na flora local, como demonstraram alguns moradores⁶ cedendo imagens nas quais aparece o arbusto (Figura 3), outros depoimentos dão conta ainda de que “antigamente”, no tempo em que a floresta era densa e não havia estradas, existiu na localidade uma pequena fábrica de tamancos (denominados “chamató”), produzidos com a madeira do buiúzeiro: leve e macia, esbranquiçada. Ademais, moradores na Sede de Augusto Corrêa (PA) informaram que a palavra “buçu”, assim se consolidou com o passar do tempo, tornando-se uma forma contrata de “buiúçu” sendo, portanto, “buçu” uma maneira mais coloquial, adotada a fim de facilitar a pronúncia do termo, para simplificar a vocalização e que, por fim, acabou se estabelecendo costumeiramente.



Figura 2 – Marcelo Júnior. Foto: Danilo Asp (2018).

- 3 Colaboradora que solicitou anonimato. Professora, 24 anos, licenciada em História e moradora na Comunidade Buçu. Entrevista realizada em 19 de abril de 2021.
- 4 Conversas informais com Marcelo Júnior Ferreira Corrêa, desenvolvidas durante a pesquisa e registradas no caderno de campo.
- 5 Melquíades de Souza Corrêa, agricultor aposentado de 71 anos à época da entrevista.
- 6 Como Ana Paula Ramos (estudante, de 30 anos) e Iranildes Ramos (professora, de 49 anos).



Figura 3 – Rio Buçu, árvores buiuçu ao fundo, e mandioca ensacada
Fonte: imagem cedida por Ana Paula Ramos (2020).



Figura 4 – Seu Melquiades. Foto: Danilo Asp (2018).

Contudo, “Buçu é um termo que “batiza” uma comunidade rural do município de Augusto Corrêa, Pará. Se localiza às margens do Oceano Atlântico, litoral “Onde a Amazônia encontra o mar” (Silveira; Schaan, 2005). Também conhecida como “Cidade dos Coqueiros”, está incluída na Microrregião Bragantina paraense, abarcada, portanto, pela Mesorregião Nordeste daquele estado (Brasil, 2000). O município está praticamente à linha do equador, às coordenadas: 01° 01' 45» S e 46° 38' 57» O (IBGE, 2012).

Situado a meio caminho entre a capital *paraoara*, Belém, e a Ilha de São Luís, capital do Maranhão, próximo à divisa entre os dois estados (rio Gurupi), além do oceano ao Norte, a antiga Vila, depois distrito bragantino de Urumajó, hoje faz divisa com Bragança (PA) a Oeste, comarca à qual esteve submetido politicamente até meados do séc. XX, da qual se desanexou nos idos de 1961 (Lei Estadual nº 2.460, de 29 de dezembro), e com a qual seus habitantes desenvolvem até hoje estreitos vínculos, históricos, culturais e econômicos. Como, por exemplo, os tratos comerciais e traslados de mercadorias e pessoas que se dá entre Augusto Corrêa e Bragança, via Porto de Emboraí, localizado na comunidade Nova Olinda (antiga “Aldeia Imborahy”), distante cerca de 15 km do Buçu. Ancoradouro este no qual os pescadores, tiradores de caranguejo, vendedores de farinha, *marreteiros* de camarão e outros gêneros da produção rural urumajoense, negociam seus produtos e os embarcam rumo à Bragança do Pará, para serem vendidos na famosa Feira daquela cidade.

Nota-se que, de acordo com as fontes orais, esse mesmo porto serviu, no final do oitocentos até meados do novecentos, a João Baptista Monteiro (Figura 5), comerciante português instalado no Buçu, para que transportasse os víveres da roça (farinha, malva, arroz, pães, milho, feijão etc.) que amalhava junto aos agricultores das circunvizinhanças, para conduzi-los até ao porto bragantino (rio Caeté), onde em parte eram vendidos e em parte eram embarcados nos vagões do trem da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), para seguirem rumo a Belém a fim de abastecer a dispensa da capital.

Veja-se que “Emboraí”, além de porto e antigo aldeamento jesuíta,⁷ é nomenclatura que designa também um rio caudaloso e uma grande baía, sita à foz de tal hídrico, alojada na “Costa de Urumajó”, onde igualmente deságua o rio Peroba, do qual o rio Buçu, que banha a Comunidade em foco, é tributário. Ademais, Emboraí da mesma forma nomeia o Distrito e o Subdistrito nos quais o *lugar* estudado se assenta.

7 No pretérito “Imborahy” (do Tupi: *mhora* – mancha; *i* – sufixo para água, fluir), atualmente o “Emboraí Grande” é chamado Vila Nova Olinda. Localizado ao norte do Buçu; ali, além de acamparem *cabanos* nos idos de 1835, o lugar abrigou no passado colonos açorianos (alocados pelo Marquês do Pombal em 1753), missionários inicianos e os indígenas *descidos* (Campos, 2002, p. 20).



Figura 5 – João B. e seu neto Alfredo Monteiro de Seixas.
Fonte: acervo de Olavo de Seixas. Cedido por Alcides Lúcio Ribeiro Júnior.

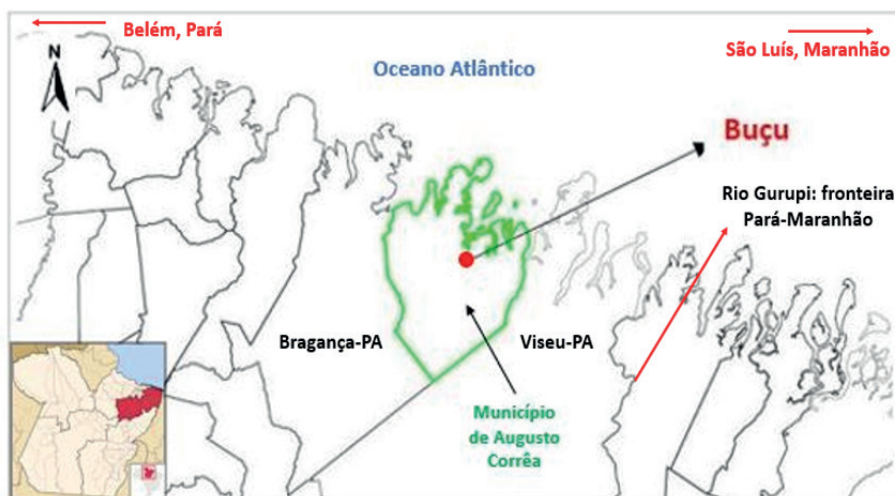


Figura 6 – Localização de Augusto Corrêa na Mesorregião Nordeste do Pará. Fonte: IBGE, 2010 (online), “mapa mudo”, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/mapas/GEBIS%20-%20RJ/map9942.pdf> [adaptado pelo autor].



Figura 7 – Jovens e crianças se divertindo nas límpidas águas do rio Buçu.
Fonte: imagem cedida por Ana Paula Ramos (2021).

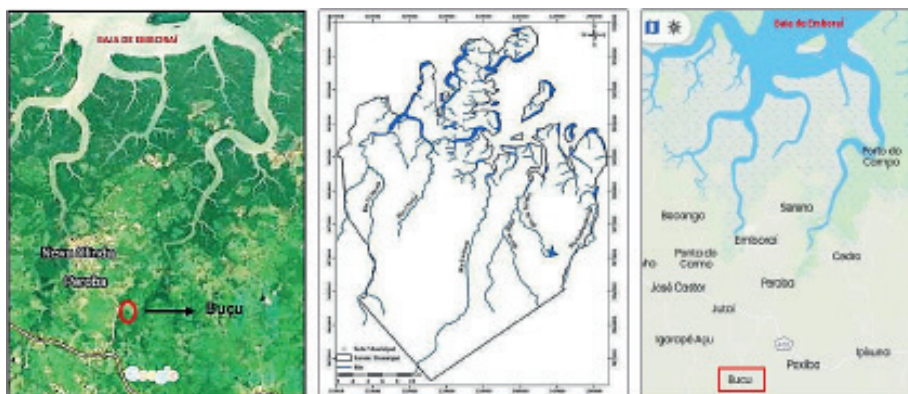


Figura 8 – Hidro cartografias da Costa de Urumajó. Fonte: Dices.net. (Dados cartográficos e imagens @google); MMA/ICMBio (2014, p. 80); MapCarta / Mapbox (Licença CC BY-AS 4.0).

Mais especificamente, a Comunidade Buçu é situada no agreste *urumajoara*, às coordenadas (UTM): E 335.759,0 e N 9.871.826,0 (Almeida; Silva, 1998, p. 23). Tratando-se, portanto, de uma pequena vila interiorana, distante cerca de 50 km da Sede municipal, localiza-se no “Ramal do Trevo” (vicinal Travessa Santa Maria). Possui algo em torno de 600 habitantes, distribuídos entre 50 linhagens familiares, ou núcleos domiciliares (IBGE, 2012). A economia, basicamente, é desenvolvida em torno do plantio de macaxeira e maniva para produção de farinha. Existe o comércio a varejo em tabernas, há o registro de cultivo de feijão, além de pequenas criações de gado *vacum* e a consequente venda de carne entre os próprios moradores. Também caçam, pescam,⁸ colhem plantas medicinais, plantam açaí, coco e outras culturas como banana, abóbora, milho etc.

A Vila possui uma igreja católica (Nossa Senhora da Providência), uma sede esportiva (*Sport Club* Internacional), um “*posto de saúde*” (UBS), e três pequenos comércios, sendo que um deles é o antigo J.B. Monteiro & Cia Ltda., outrora pertencente ao português João Baptista, já mencionado. No que cinge à educação básica, há no Buçu uma ‘escolinha’ (Anexa) chamada E.M.E.I. “Antônia Fernandes Monteiro” (INEP 15055590), cujo nome, de acordo com a oralidade, é uma homenagem à esposa do comerciante lisboeta.



Figura 9 – Dona Antônia Fernandes Monteiro e a Prof.^a Terezinha dos Remédios.
Fontes: acervo da Família Monteiro de Seixas [cedido por Orlandino Adriano de Seixas Alves] & foto: Iranildes Ramos (2021).

- 8 A respeito das atividades piscosas realizadas pelos agentes sociais – as quais objetivam tanto a obtenção de insumos comestíveis quanto dizem respeito igualmente a entretenimento e diversão (*aventura*) – dão conta de que eles as desenvolvem tanto no hídrico local (o rio Buçu), quanto também a fazem pescando nas áreas inundáveis pela maré oceânica (águas salobras), localizadas no litoral, próximo à foz do Emboraí. Nestas incursões eles pescam com distintas técnicas daquelas utilizadas no rio local, pois na Comunidade capturam os peixes com redes e caniços com anzóis, porém no estuário utilizam a estratégia de “flechar”: é uma das diversas técnicas contemporâneas dos ribeirinhos amazônidas, não obstante ser óbvia sua origem ameríndia, tratando-se, portanto, de uma herança indígena. Consiste, basicamente, em mergulhar à noite equipado com óculos, lanterna e um instrumento particular de fabricação e tecnologia próprias, que lança um pequeno arpão, geralmente preso à uma corda ou elástico, disparado por meio de um gatilho, para capturar os peixes, fisingando-os com o trespasso da flecha.



Figura 10 – Escola do Buçu antes da última reforma, ocorrida em 2019.
Foto: Danilo Asp (2018).



Figura 11 – Sede do Inter do Buçu e a entrada da Comunidade com o Comércio, à direita.
Fotos: Danilo Asp (2018).



Figura 12 – Vista aérea do núcleo da Vila.
Foto: Gabriel Cunha, 2019 (por *drone*). Cedida por Iranildes Ramos (2021).



Figura 13 – A vicinal que cruza a Comunidade com a igreja ao fundo.
Foto: Luciane Nogueira Asp (2019).



Figura 14 – Imagem via satélite do cerne da Comunidade Buçu.
Fonte: Google Earth.

À seara geográfica-espacial, veja-se que a zona rural augusto-correense nos entornos do povoado Buçu caracteriza-se por ser uma holocenose fortemente marcada pela presença de um sistema aquífero anfigúrico, meândrico e dendrítico, no qual encontra-se em grande quantidade pequenos cursos d'água, como “braços”, “furos” e igarapés, que afluem e efluem do mencionado rio Emboraí, um dos maiores e mais importantes flúvios da região, bem como do rio Peroba e seus tributários, a exemplo do próprio rio Buçu, o qual margeia a propriedade da família Corrêa.

Nestas paisagens, mais especialmente ao norte do Buçu, em torno de 20 km rumo à direção do litoral, passando por Nova Olinda (antiga “Aldeia Imborahy”) e Peroba (Comunidade Remanescente Quilombola), há áreas sujeitas à inundação salobra, dita “maré”, nas quais predominam ambientes salinos, tais como os manguezais, os marismas,

as rias e os apicuns. Neste cenário, plano de fundo onde emergem no horizonte as fozes dos rios (Buçu, Emboraí, Peroba etc.), com suas correntes que desenhavam vales e deltas, ficando às margens opostas, fronteiras que dividem os espaços humanos (delimitando as divisas entre localidades, distritos, municípios e estados), descortina-se então, um movimento no sentido de “que não fosse mais uma barreira, mas um caminho. Um laço, não um fosso” (Febvre, 2000, p.78-79).

Nas áreas mais altas (Planalto Costeiro ou Tabuleiro), como no caso do Buçu, há melhor drenagem então a vegetação é arbustiva. Nestes bosques de terra firme crescem capoeiras e florestas terciárias com grande quantidade de palmeiras, principalmente das espécies inajá (*Maximiliana regia* e *Attalea maripa* ou *Maximiliana maripa* [Aubl.] Drude), ubim (*Geonoma deversa* [Poi] Kunth), mais *Orbignyaoleifera* e *Orbignya martiniana* (B. Rodr), vulgos, mas notórios babaçus.

No que cinge às capoeiras, ditas “secundárias”, apesar de sua aludida pouca relevância econômica, ou relativo *status* inferior perante a exuberância das matas pretendidas “primitivas”, outrossim, aquelas tornam-se muito importantes para os moradores locais, pois a diversidade vegetal que apresentam possibilita clivagens inúmeras uma vez que detêm múltiplas finalidades, como as palmeiras que rendem fibras, frutos (que fornecem além da polpa, vinhos e óleos), as plantas medicinais, as madeiras e paus para a construção de casas e currais de pesca, produção de lenha e de carvão, plantas com potencial resinífero, fibras vegetais para artesanato utilitário como cestaria, cordas, armadilhas etc.

Neste contexto, portanto, os caboclos amazônidas do nordeste paraense, como no Buçu – assim como os povoadores primitivos –, se apropriam dos recursos naturais ofertados pelo ecossistema, tanto nas restingas e manguezais da planície litorânea, quanto nas capoeiras e matas de ciliares, ripárias e lezírias do tabuleiro, e os utilizam das mais variadas formas possíveis, muito em função de o *lugar*⁹ se encontrar numa zona intermediária, área transicional, advindo desta característica o afã de denominar o Buçu enquanto um *ecótono*¹⁰ espaço-temporal e histórico-cultural. Haja visto que, por

9 No que cinge ao conceito de lugar, veja-se que: “[...] comunidades rurais do Terceiro Mundo ‘constroem’ a natureza de formas impressionantemente diferentes das formas modernas dominantes: eles designam e, portanto, utilizam os ambientes naturais de maneiras muito particulares”. Neste ínterim, manifesta-se “a ênfase no fato de que os lugares são criações históricas, que devem ser explicados, não assumidos, e que esta explicação deve levar em conta as maneiras pelas quais a circulação global do capital, o conhecimento e os meios configuram a experiência da localidade” (Escobar, 2005, p. 63-65).

10 O conceito biogeográfico de “ecótono” – “há necessidade de que pelo menos duas condições sejam atendidas, para que determinada área seja considerada um ecótono: transição entre dois ecossistemas diferentes e tensão entre ambos” (Milan; Moro, 2016, p. 76) – está proposto aqui, adaptado para uma *categoria de análise* aos estudos sociais, pois, se o vê propício para estudar o *lugar* Buçu, uma vez que se entende apropriado ao debate sobre o caráter preponderantemente interseccional que o lócus apresenta em vários aspectos, quer espacialmente, quer histórica e culturalmente. Lembra-se que em termos de geomorfologia costeira, no ecótono acontece “de forma menos rotineira, depressões e horizontes orgânicos também são encontrados dentro das florestas em zonas de transição (ecótono) de vegetação” (Vidotto et al., 2007, p. 366). Complementando e corroborando, ecótonos ou *zonas de tensão* acontecem “em múltiplas escalas espaciais e englobam desde as regiões de contato entre diferentes microhabitats [...] como zonas de contato entre

um lado o Buçu se localiza na interface entre a Planície e o Planalto costeiros, está num região intermediária entre a várzea nos bordejos do rio e a região de matas e capoeiras, em meio aos campos savanizados, zona de transição entre o litoral (ambientes alagáveis, mangues, apicuns e campos inundáveis) e a terra firme (florestas, capoeiras e matações); e, por outro, a localidade está inserida numa espacialidade também transicional em vários aspectos históricos e socioculturais, tais como estar incluso em um território que foi interstício entre as capitânicas donatárias do Gurupi e do Caeté, fronteira entre Pará e Maranhão. Uma “zona de passagem”, “área de transição”, núcleo colonial intermediário entre as Capitânicas Reais de Belém e São Luís; plaga delimitadora entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão (que abrangia o Pará), limites da Intendência de Bragança, enfim, uma região de fronteira, fluida, manante, vincada por diversidade de cursos, trajetos, percursos, itinerários, roteiros funcionando sempre sob conjunturas voláteis, permeadas por dinâmicas dialéticas, transformações e mudanças conjunturais, de ordem política e econômica por um lado, mas persistentes por outro, estruturalmente, sobretudo no que cinge à complexidade volúvel de sua intrincada morfologia litorânea, sita à Província do Grão-Pará e Maranhão, em um território catalisador por sua posição geográfica estratégica, numa costa atlântica apilhada por estuários sem fim, multiplicidade de penínsulas, falésias, meandros, mangues, praias, ilhas, rias, baías e fozes: “confluência de rios que fazem parte de uma extensa rede hidrográfica interligada com o mar” (Castro, 2006, p. 13).

Sem embargo, tangente a tal espacialidade – a costa litorânea do atlântico norte brasileiro – ressalta-se que tanto os caçadores-coletores arcaicos, os ceramistas-horticultores do passado pré-colonial, quanto os caboclos camponeses-ribeirinhos hodiernos – urdiram e experienciam suas estratégias de sobrevivência e táticas de subsistência numa paisagem essencialmente intermediária e transicional basicamente caracterizada por dois tipos de panoramas distintos:

- 1) As zonas de terra firme (bosques de arbustos, matas secundárias, capoeiras altas e baixas, savanas, cerrados, roçados, florestas equatoriais, florestas tropicais densas, planalto costeiro), por um lado e;
- 2) Por outro, nos ecossistemas lacustres, terras molhadas – nas matas de várzeas/interflúvios e alagados intermarés (lezírias, igapós, vales, deltas, mangues, campos naturais, campos salinos, baixios, campos alagáveis, brejos, apicuns, planície costeira, baixadas, restingas, marismas, veredas, pântanos aluvionares, rias, matas ciliares ripárias e praias).

Mediante tal cenário, as elocubrações teóricas de alguns pesquisadores tencionaram entrever aí as bases para o estabelecimento de uma dicotomia, que se tornou um

diferentes fitofisionomias (escala local) ou biomas (escala regional) onde ocorre uma relação ativa entre as comunidades e todo o ambiente, incluindo fatores climáticos, orográficos e edáficos” (Bonini, 2019, p. 14).

dispositivo explicativo fundamental na arqueologia amazônica, usado frequentemente como explicação para a ocupação e o povoamento regional: a distinção/separação entre ambientes de várzea e terra firme (Neves, 1999-2000, p. 89).

Assim sendo, ao contrário do modelo dicotômico de Lathrap (1977), na maioria dos casos, esses sujeitos históricos pretéritos (ameríndios pré-coloniais) – bem como os *agentes sociais* ora estudados, no tempo presente – exploraram e exploram exatamente a complementaridade entre os dois sistemas (o terrícola e o aquoso), sobretudo nas “paisagens intermediárias” (Goodland, 1979). Onde, por exemplo, o sítio Buçu está localizado nas fímbrias do planalto costeiro, com suas lavouras, roçados e pastagens em meio às capoeiras e outros macegais, contudo situado à beira da planície litorânea, às margens do rio – com sua intensa mata ciliar e amplas lezírias – a meio caminho da maré e dos portos na antiga Aldeia Imborahy.

Não obstante, é notório que na região ocorreu em décadas passadas um intenso processo de retirada da antiga vegetação para abertura de estradas, construção de moradias e principalmente para formação de pastagens destinadas à pecuária e outras culturas agrícolas monocultivo, como mandiocais, milharais, canaviais e feijoados etc. Nesse sentido, mandiocal é cenário trivial na zona buçuniana.

Abaixo se vê nas imagens algo das paisagens atrás descritas: no primeiro plano amplas pastagens para a criação de gado que substituíram a floresta equatorial anterior, ao fundo capoeiras de vegetação secundária com seus matacões e palmeiras nativas, o roçado, recentemente arado, resquícios da *coivara*¹¹ e as trilhas no sítio em meio a propriedade dos Souza Corrêa.



Figuras 15 – Foto: Danilo Asp.

11 Técnica agrícola ancestral muito comum na Amazônia, utilizada nas lavouras itinerantes e que consiste, basicamente, em queimar a vegetação sobre o solo com o intuito de limpar o terreno para facilitar o roçado eliminando galharias, troncos e matos e, ao mesmo tempo, fertilizá-lo por meio das cinzas que o adubarão beneficiando o plantio (Penteado, 1967).



Figuras 16 – Foto: Danilo Asp.



Figuras 17 – Foto: Danilo Asp.



Figuras 18 – Foto: Danilo Asp.



Figuras 19 – Foto: Danilo Asp.

Refira-se agora ao eventual, tangente por seu turno às fontes da cultura material da pesquisa, mas sobretudo pertinente aos *agentes sociais*. Assim sendo, reporta-se que recentemente, em meados de 2018, o cidadão paraoara, agricultor familiar ribeirinho, buçuzense, onde nasceu, trabalha e morou durante toda sua vida, de nome Marciano de Sousa Corrêa (2018), de 47 anos – autoproclamado *pai de família, trabalhador da roça e caboclo*,¹² juntamente com sua esposa Lenita Cunha do Nascimento, 38 anos, trabalhadora do lar e da roça, mãe de 2 filhos (Lucas de 23 e Mateus de 24 anos), dirigiram-se à Universidade Federal do Pará (UFPA), *Campus* de Bragança, levando suas inquietações a respeito da história do *lugar* onde vivem, pois estavam conduzindo consigo artefatos arqueológicos encontrados por eles nas terras da família, no meio da plantação, com objetivo de submetê-los à pesquisa científica. Foram eles em busca de respostas, haja visto que se intrigaram sobre a procedência dos artefatos e principalmente curiosos a conhecer quem os houvera produzido. Ressalta-se que este *evento* – o achamento de Marciano somado à ida deles à Universidade – entendido enquanto *fato histórico* em função da *quebra de simetria*¹³ – foi o *acontecimento* que proporcionou o *start* às presentes investigações.

Ali na academia, os lavradores relataram aos professores que os acolheram, que ao

12 Entrevista concedida por Marciano de Souza Corrêa, agricultor, 47 anos, em sua residência.

13 Denominou-se “quebra de simetria” pois cacos cerâmicos encontrados pelos agricultores da região, ao roçar, arar, cavar, semear etc. é de fato um assunto muito trivial, um lugar-comum. Todavia, é raríssimo algum deles interessar-se por leva-los a devidas análises científicas. Assim, interpreta-se que o achamento de Marciano se constituiu em um “fato histórico” tendo em vista as consequências deste evento e os produtos que tal acontecimento permitiu engendrar.

cavarem um buraco na terra no meio da lavoura, no intuito de instalar um palanque de cerca para conter o gado *vacum* que criam,¹⁴ a fim de este não avançar mais por sobre o plantio de feijão, macaxeira e mandioca (*maniva* que cultivam para fabricar farinha e outros subprodutos), depararam-se com um “achado fortuito” (Schaan, 2009, p. 12), soterrado à aproximadamente 60 cm de profundidade: uma *selha de louça da terra*, decorada com motivos espiralados incisos e associada à fragmentos ósseos. O relato espontâneo dos sujeitos aliado à peculiaridade daquele achamento instigou os pesquisadores a formar uma rede de colaboração para estudo do caso.¹⁵

Segundo o depoimento, a cerâmica encontrava-se inteira antes de ser atingida, porém o impacto da ferramenta durante o processo de escavar causou a quebra do artefato, estilhaçando a vasilha. Resultando daí que se quedaram apenas cacos cerâmicos e pedaços de ossos. A análise preliminar constatou se tratar de uma possível urna funerária, provavelmente pré-colombiana. Na continuidade das investigações averiguou-se se tratar de um objeto cerâmico, de origem ameríndia, oriundo de uma etnia ainda incógnita, de formato redondo, apresentando cerca de 25 cm de diâmetro, decorado tanto pelo lado de fora quanto em seu interior. Acerca dos fragmentos ósseos constatou-se posteriormente se tratarem de fato de despojos humanos: “29 fragmentos de uma calota craniana, oriundos de um indivíduo pequeno ou subadulto (menos de 18 anos), aparentemente saudável, ou pelo menos sem anomalias aparentes nem patologias evidentes”.¹⁶

Ressalta-se que aqueles lavradores, ao se depararem com o sepultamento ameríndio, e ao decidirem submetê-lo à pesquisa acadêmica, tratam-se indubitavelmente de sujeitos protagonistas da história, agentes sociais com *agenda*, cuja linhagem é fruto do secular caldeamento interétnico regional, habitantes de plaga onde viveram no passado remoto ameríndios incógnitos – fabricantes de cerâmica e praticantes de enterramentos rituais –, numa holocenose onde habitaram “índios” *descidos*, missionários jesuítas, colonos açorianos, quilombolas e mocambeiros, comerciantes portugueses etc., e em qual contexto observa-se peremptoriamente a premência da dialética da interculturalidade, e a forja da *epistemologia cabocla*, ambos fenômenos configuradores do sentido de pertencimento engendrado pelos sujeitos em tela, em relação ao *lugar* Buçu, com suas especificidades espaciais, paisagens antropogênicas, terras pretas e savanas, bordas da

14 A pecuária de pequeníssimo porte desenvolvida pela família Corrêa no Buçu objetiva, além de talhar algumas cabeças anualmente para obter carne e outros insumos – os quais servem à subsistência do grupo, mas também se prestam ao comércio à varejo e ou permutas com vizinhos – as animálias também se aplicam a outras usanças tais como puxar arado para lavar a terra e fazer andar carros de boi para transportes diversos.

15 Dissertação defendida em novembro de 2022 junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPLSA/UFGPA), Campus de Bragança. Pesquisa fomentada pela CAPES, orientada pela Prof.^a Dr.^a Roberta Sá Leitão Barboza (UFGPA) e coorientada pela Prof.^a Dr.^a Cláudia Nunes Santos, da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

16 Os dados técnico referentes aos fragmentos ósseos foram obtidos por meio do Prof. Dr. Pedro José Tótora da Glória, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, em Belém (PPGA/IFCH/UFGPA).

planície costeira e fímbrias do tabuleiro, lezírias e matas ciliares, capoeiras e outras particularidades que endossam a incumbência de denomina-lo aqui como “ecótono” histórico-geográfico.

Observa-se a seguir os *agentes sociais* da pesquisa, seu *lugar* (o terreiro defronte sua residência, Figura 22), seus *achados fortuitos* (Figura 23) e o local no qual os agricultores buçuzences encontraram os artefatos mortuários, tratando-se, portanto, de um túmulo, ou sepultamento desfeito (Figura 24), roça onde igualmente se localizaram artefatos líticos e mais cacos cerâmicos espalhados pelo solo de *terra preta indígena* (Figura 25) – nominada por eles como *terra de tapera*.

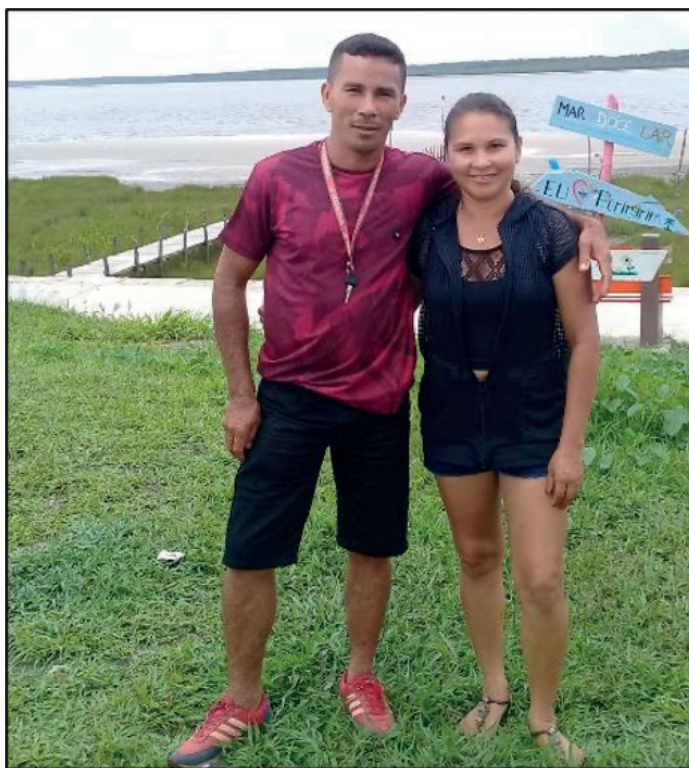


Figura 20 – Marciano e Lenita. Fonte: imagem cedida (2023).



Figura 21 – Fonte: cedida por Luciane Nogueira Asp (2019).



Figura 22 – Foto: Danilo Asp.



Figura 23 – Foto: Danilo Asp.



Figura 24 – Foto: Danilo Asp.

Bricolagem intercultural & caldeamento interétnico

Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. Essa é uma razão pela qual precisamos ter cuidado quanto a generalizações como “cultura popular”. Esta pode sugerir, numa inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual dessa cultura, entendida como “sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados”. Mas uma cultura também é um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua inovação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (Thompson, 1998, p. 17).

Especular à seara dos costumes elenca para o presente estudo pensar também a lenta construção de saberes-fazer engendrada no seio das populações amazônidas, como no Buçu. Tal orquestração se assoma a partir do escrutínio dos hábitos familiares dos agentes sociais, seu cotidiano, suas estratégias de sobrevivência, as técnicas, as táticas, a produção de cultura material e a construção de conhecimentos difundidos pela oralidade, sua elaboração de “redes heterogêneas” (Harris, 2006), o engendramento de suas “dinâmicas socioculturais na natureza” (Campos, 2012, p. 134), tudo forjado em estreita coalescência com o ecossistema – terra, barro, argila, rios, igarapés, igapós, matas, paus, lenha, carvão, roçados e seus cultivos, as lavouras, as plantas medicinais, os animais de criação, os bichos caçados e os peixes pescados, as armadilhas, as farinhas produzidas, as solidariedades, os mutirões, as permutas etc. Tudo isso, e ainda mais, observado durante o trabalho de campo, permite averiguar a existência de comportamentos e práticas remanescentes, saberes, fazeres, conhecimentos experienciados por eles e, acredita-se, transmitidos de geração a geração, herdados historicamente dos povos originários e populações tradicionais que ocuparam o ambiente em questão em pretérito distante.

Hábitos e costumes orquestrados em um espaço dinâmico – sempre em transformação – pertinentes a uma dada periodização que se pauta por uma dialética contextual em seus processos de duração histórica, “repletos de mudanças em curto prazo, mas permeado por permanências nas médias e longas durações” (Braudel, 1978, p. 41). Como se observa na narratologia imagética a seguir:



Figura 25 – Foto: Danilo Asp (2018-2019).



Figura 26 – Foto: Danilo Asp (2018-2019).



Figura 27 – Foto: Danilo Asp (2018-2019).

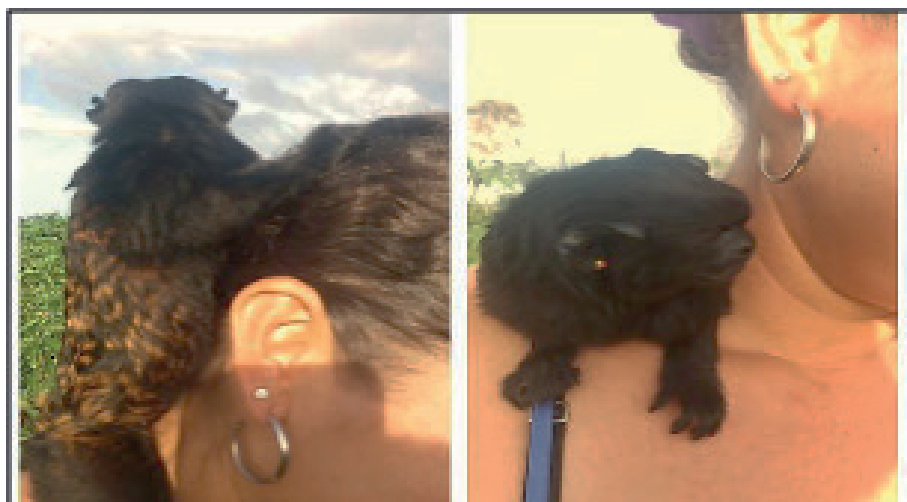


Figura 28 – Foto: Danilo Asp (2018-2019).



Figura 29 – Foto: Danilo Asp (2018-2019).



Figura 30 – Foto: Danilo Asp (2018-2019).



Figura 31 – Foto: Danilo Asp (2018-2019).



Figura nº. 32 – Foto: Danilo Asp (2018-2019).



Figura 33 – Foto: Danilo Asp (2018-2019).



Figura 34 – Foto: Danilo Asp (2018-2019).



Figura 35 – Usos ancestrais da argila no Buçu. Saber transmitido de geração a geração; pote antigo e cacos na roça; técnica vernacular de emparedamento com argila.

Fotos: Iranildes Ramos (à esquerda); Adelson Cruz (pote); Luciane Asp (cacos); e Danilo Asp (2019).

Em conformidade com o discurso imagético, enxergou-se os agentes sociais interagindo com o pesquisador. Se observou os sujeitos em movimento, em vivências e experiências, entre hábitos e costumes originados na longa duração das mentalidades, comportamentos e práticas persistentes e remanescentes da cultura indígena da Amazônia. Entende-se aí a existência de um cenário no qual exemplificam-se dados *modus operandi* e *vivendi* entremeados pela verve da *epistemologia cabocla*, onde são denodadas práticas e saberes legados pela ancestralidade ameríndia. Nesse sentido, Marciano é mais um dos milhares de caboclos amazônidas que possuem em suas propriedades uma “casa de farinha”, hábito costumeiro regionalmente (Figura 26).

Seguindo, se olhou para a arte da cestaria tradicional indígena na produção de *paneiros*, saber herdado de seu bisavô. Balaios estes produzidos com talas de guarimã (*Ischnosiphon arouma*) extraído do ambiente natural, cestos que se prestam para “agasalhar”, por exemplo, os abacaxis (*A. comosus* L. Merr.) que são plantados de forma não sistemática e espraadamente pelo terreiro (Figura 27). Os ananás servem unicamente ao consumo, bem como ao compartilhamento com amigos e vizinhos; ao contrário do coco-verde (*Cocos nucifera* L.), que atualmente se dedicam a cultivar em escala produtiva, bem como as bananas que plantam, consomem e também as vendem.

Ademais, no cerne da trivial e imemorial repartição de gênero existente nesse contexto, que tange ao trabalho doméstico e familiar, onde cabe ao elemento feminino a responsabilidade pela higienização das vestimentas, se observou as mulheres levando as roupas pela trilha para serem lavadas no rio, como tradicionalmente fizeram suas antepassadas *cunbantãs*: carregando-as sobre a cabeça. Nota-se que elas conduzem junto de si os filhos (Figura 28), outra atribuição feminina a de tomar conta da prole cotidianamente, principalmente as meninas, em ato pedagógico de função geracional, com objeto de reprodução social intragrupo por meio da inclusão dos jovens e das crianças nas atividades laborais do dia a dia. Frisa-se a presença marcante dos aspectos fundamentais da educação e principais pressupostos da reprodução do conhecimento pertinente aos povos originários de América e de África: a observação, a oralidade e a

memória.

Hábito igualmente partilhado com os povos originários e observado no *modus vivendi* dos agentes sociais deste estudo é o costume ancestral de trazer para dentro do convívio familiar animais silvestres, o que denota aspectos peculiares à seara da relação homem-natureza. Dentre as espécies mais adotadas pelas etnias ameríndias para compartilhar a vida familiar, destacam-se algumas: quatis, pacas, preguiças, jabutis, tracajás, iguanas, macacos e as aves selvagens como mutuns, marrecos, papagaios, araras, maracanãs, pombas do mato, juruti ipiranga, socolí, ururé, nanais etc. Nesta forma específica de interação cultural com o ecossistema, se viu as alimárias compartilhando também o ambiente doméstico juntamente com os bichos de criação, quais patos, galináceos e suínos, qual mascotes de estimação, interagindo no dia a dia com as crianças, os cachorros e a macaquinha (Figura 29) no quintal e no lar (Figuras 2 e 34).

Ainda no âmbito dos saberes-fazeres ancestrais dos ameríndios amazônidas perpetuados até a atualidade no escopo do *modus operandi* dos agentes sociais interpretados, foi possível averiguar no “ensaio etnofotográfico” (Batista, 2010),¹⁷ alguns modelos neste sentido, a saber: a *coivara* (Figura 18) e a arquitetura vernacular (Figura 31). Sobre a técnica agrícola muito já foi debatido no campo acadêmico a respeito de suas vantagens e problemas (Penteado, 1967), não obstante, importa constatar que se trata de prática persistente de longa duração, notoriamente advinda dos povos originários, e que ainda continua muito disseminada pelos caboclos regionais. No que cinge a arquitetura vernacular, se viu no campo de estudo telhados palheiros que são feitos com folhas de palmeiras como inajá, ubim, tucum etc. Também se vislumbrou no campo de pesquisa estruturas construídas com paredes de taipa-de-mão ou pau-a-pique (Figura 36), erigidas com *varapaus* retirados da mata, e recobertas por camadas de embarreamento feito com argila extraída do solo no próprio ecótono; estratégias arquitetônicas milenares e ameríndias por essência e que perduram até a atualidade.

Ademais, se observou também o conhecimento precípua dos vegetais que possui Marciano (Figura 32), em especial no que tange ao uso medicinal de inúmeras plantas disponíveis no ecossistema, pois profundo conhecedor dos fitoterápicos existentes nas matas locais ele se mostrou, vide as imagens subsequentes (Figura 39), saber esse cuja procedência é um patrimônio imaterial herdado dos *parentes* antepassados.

Portanto, no âmbito da paisagem cultural buçuzence, vista enquanto espaço intercultural, se entende que dadas trocas culturais, circulações de saberes e adaptações

17 No âmbito da transdisciplinaridade pretendida pela Dissertação da qual é tributário o presente artigo (Asp, 2022), esclareça-se que além de abordar a História local e regional, também por meio da auscultação de fontes materiais e os suportes teóricos da Arqueologia para análises dos artefatos, igualmente foi lançado mão de embasamentos advindos da Antropologia, por meio do uso de instrumentos e ferramentas da Etnografia. Nesse sentido, frisa-se que, no *trabalho de campo*, para interpretar os *agentes sociais*, abordou-se o objeto por meio de “estudo de tipo etnográfico” (Kohatsu, 2007). Ademais, para lidar com as imagens produzidas no lócus, abordando fotografias como discurso – como linguagem que se expressa também narratologicamente – trabalhou-se sob o aporte metodológico da “Antropologia Visual” (Collier Jr., 1973).

de práticas e comportamentos – ou seja, no seio da hibridização cultural pretérita – como no caso dos conhecimentos fitoterápicos, ocorre que há elementos culturais que se cristalizam, como teorizou Peter Burke (2006, p. 114). Em outros termos, ocorre que a anterior fluidez característica desse “saber-fazer”, com o transcorrer do tempo, deu lugar a uma solidificação das práticas e conhecimentos, tornando-os assim resistentes a mudanças posteriores (sucendo um “congelamento” do costume, passando então a ser rotineiro e, portanto, tornando-se assim *tradicional*), como ocorre agora, onde mesmo com a introdução da alopatia e da medicina ocidental na Comunidade (acesso à farmácia e presença de posto de saúde na localidade) ainda assim o hábito de buscar remédios na mata para curar enfermidades não cede espaço e tampouco retrocede entre os agentes sociais investigados.



Figura 36 – Foto: Danilo Asp (2019).



Figura 37 – Foto: Danilo Asp (2019).



Figura 38 – Marciano colhendo “unha-de-gato”. Fotos: Danilo Asp (2019).

Assim sendo, nota-se que o sujeito híbrido buçuzense, homem intercultural, caboclo bragantino, é fruto de um hibridismo cultural que se construiu historicamente durante os períodos colonial e imperial, no âmago do “caldeamento” interétnico amazônico, o qual foi caracterizado nesta *história social da natureza* como *bricolagem intercultural*. Neste contexto frisa-se que os agentes sociais, agricultores familiares ribeirinhos, vieram, por meio da solicitação desta pesquisa, problematizar a *identificação* (Hall, 2005) étnica, bem como o *sentido de pertença* ao “lugar” por meio do estudo do passado longínquo e incógnito, a partir do *evento* que possibilitou emergirem tais estranhamentos, que foi o achamento dos artefatos arqueológicos aqui apresentados e as questões históricas que sua investigação possibilitou aflorarem, as quais se buscou analisar.

Considerações



Figura 39 – Marciano gravando nos fundos de sua casa.
Foto: Danilo Asp (2018).

Auspicioso observar que na ocasião em que Marciano se dirigiu à Universidade, em meados de 2018, ao chegar se apresentou dizendo ser *descendente de portugueses*. Fato este que, à *priori*, causou estranhamento ao pesquisador.

Contudo, após conversas e entrevistas entretidas com o agricultor, as interpretações de sua fala se cambiaram. Notou-se, então, que ele não havia feito aquela representação de si enquanto oriundo de linhagem europeia devido a influências etnocêntricas – por simplesmente entender que os europeus são superiores, de *status* mais elevado, e assim ele se sentiria mais importante – ou também não o fez por meramente olvidar/menosprezar seus outros antepassados, os avós afrodescendentes e parentes distantes de origem ameríndia. Não. Compreendeu-se então que o agente social tomou tal postura enquanto articulador de estratégia eficaz, por compreender que ao se expor dessa maneira – enquanto sujeito oriundo de estirpe caucasiana – seria assim mais ou melhor prestigiado: seria ouvido, prestar-lhe-iam mais atenção, teria assim sua demanda atendida com mais facilidade. Ou seja, havia ele refletido previamente que seria bem provável não lhe dessem voz nem ouvidos, e tampouco o espaço que almejava alcançar lhe seria concedido facilmente, acaso se auto apresentasse como caboclo, homem da roça.

Assim, se avalia ter ele cogitado que acaso se mostrasse de pronto como descendente de indígenas e quilombolas, não lhe abririam as portas, ou dificultar-lhe-iam o acesso, e talvez não tivesse um tratamento tão bom como comumente se dá a um branco neto de lusitanos. Com efeito, o *episódio* e a perspicácia de Marciano, considerando que se tratou de tática astuta para facilitar caminho, abrir as portas, auxiliar na obtenção da demanda – mesmo que tenha agido instintivamente –, o *evento* denotou que o agente social estava/está ciente da existência ubíqua na sociedade brasileira de um racismo institucional, multidimensional (Souza, 2021), uma vez que se mostrou consciente de seus ascendentes afro-brasileiros:

“Já o meu avô por parte de pai, ele era negro; já assim mais descendente de pessoas da África né? Assim desses quilombola né... ele era negro!”.

Sabedor igualmente de que seu *modus vivendi* e *operandi* são prenhes de heranças indígenas e que, como agricultor e ribeirinho, entende-se também enquanto *caboclo amazônico*. Como bem expressou tais entendimentos acerca de sua *pertença* e de sua *identificação* em entrevista. Atente a tais arguições, veja-se que durante o desenvolvimento do trabalho de campo colheu-se outro interessante relato:

A esperança era de um dia descobrir o que foi, o que é aquele material e o que significou, porque pra mim o que me vale é ficar na história, fazer História, porque se eu fosse mais um descobridor desse Brasil, desse nosso Brasil que é tão lindo tão cheio de histórias boas, pra mim era algo que ia marcar minha vida, como uma descoberta, e eu entrar prum livro, prum museu, uma coisa assim, como um descobridor de uma História que na nossa terra existiu uma aldeia, existiu alguma coisa diferente, que a gente possa ficar marcado, como pai de família, como trabalhador da roça, pelo menos deixar essa História, na memória..., dos filhos dos netos, que eles possam compartilhar! (Marciano de Souza Corrêa, 2018).

Concluindo, as análises e interpretações conduziram a considerar válida a hipótese de que aquilo o que Marciano foi procurar em *outros*, os indígenas antigos,

os ameríndios pretéritos (moradores arcaicos do Buçu “pré-histórico”, ceramistas fabricantes do seu “achado fortuito”), por meio de acesso à pesquisa científica para explicar seus estranhamentos e aflições quanto ao passado de sua família, a respeito da história da Comunidade e sobre a intrigante presença daqueles peculiares artefatos na sua roça, se trate de fato de um caminho que o leve de volta a encontrar a si mesmo, refletido em seus próprios ‘parentes’, quiçá antepassados longínquos, habitantes primitivos do território onde assenta-se a sua atual propriedade antes da chegada de europeus, população originária da qual herdou o legado de muitos de seus saberes e fazeres, de seus hábitos e costumes, enfim, grande parte de seus *modus vivendi* e *operandi*, os quais engendram aquilo que se convencionou aqui chamar de *epistemologia cabocla*.

Referências

- ALMEIDA, Herbert Georges; SILVA, Graciete Branco da Cunha. Ministério de Minas e Energia. Governo do Estado do Pará. Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa. Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia. *Sócio-economia do município de Augusto Corrêa*. Belém: CPRM, 1998.
- ASP, Danilo Gustavo Silveira. *História social da natureza: bricolagem intercultural na Região Bragantina, Amazônia oriental (Comunidade Buçu, Augusto Corrêa-PA)*. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar) – UFPA, Bragança, PA, 2022.
- BATISTA, Jandré Corrêa. A fotografia como discurso: alteridade, etnografia e comunicação. *Anagrama*, São Paulo, v. 3, n. 4, jun./ago. 2010.
- BRASIL. Ministério do Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: acesso e utilização de serviços de saúde*, 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BONINI, Isabelle. *Transição amazônia-cerrado: desmatamento e colapso do ciclo hidrológico*. Tese (Doutorado em Ecologia e Conservação) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Nova Xavantina, MT,
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2006.
- CABALZAR, Aloisio et al. (Org.). *Manual de Etnobotânica: plantas, artefatos e conhecimentos indígenas*. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental; São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 2017.
- CAMPOS, Antônio Coutinho. *A Gleba urumajoense: contos à margem da História*. Belém: LC Indústria Gráfica, 2002.
- CAMPOS, Ipojuca Dias. Cotidiano no manguezal: coletores e estratégias de sobrevivência na natureza, Bacuriteua-Para (1975-1990). *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 131-157, jan./jun. 2012.

CASTRO, Edna (Org.). Escravos e senhores de Bragança: documentos históricos do século XIX, região bragantina, Pará. Belém: EDUFPA/NAEA, 2006.

COLLIER JR., John. *Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: Epu; Edusp, 1973.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, Eduardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69-86. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/escobar-natureza>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FEBVRE, Lucien. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GOODLAND, Robert; FERRI, Mário G. *Ecologia do cerrado*. São Paulo: USP; Itatiaia, 1979.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2005.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Ed.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-108.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KOHATSU, Lineu Norio. O uso do vídeo na pesquisa de tipo etnográfico: uma discussão sobre o método. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 25, p. 55-74, 2007.

LATHRAP, D. Our Father the Cayman, Our Mother the Gourd: Spinden Revisited or a Unitary Model for the Emergence of Agriculture in the New World. In: REED, Charles (Ed.). *Origins of Agriculture*. Mouton: The Hague, 1977. p. 115-158.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Historia Naturalis Palmarum: opus tripartitum*. Leipzig: T. O. Weigel, 1895.

MILAN, Elisana; MORO, Rosemeri Cegecin. O conceito biogeográfico de ecótono. *Terra Plural*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 75-88, jan./jun. 2016.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Mapa de hidrografia do Município de Augusto Corrêa-PA (Figura 21). *Estudo socioambiental referente à proposta de ampliação da reserva extrativista Aratá-Peroba, estado do Para*. Belém: ICMBio, 2014.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2013.

NEVES, Eduardo Góes. O velho e o novo na arqueologia da Amazônia. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 86-111, dez./fev. 1999-2000.

PENTEADO, Antônio Rocha. *Problemas de colonização e de uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. V. 1. Tese de Doutorado. Geografia do Brasil. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Belém: UFPA, 1967.

SCHAAN, Denise Pahl. Paisagens, imagens e memórias na Amazônia pré-colombiana. In:

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; CANCELA, Cristina Donza (Org.). *Paisagem e cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: EDUFPA, 2009. p. 7-20.

SILVEIRA, Maura Imazio da; SCHAAN, Denise Pahl. Onde a Amazônia encontra o mar: estudando os Sambaquis do Pará. *Revista de Arqueologia*, Pelotas, v. 18, n. 1, p. 67-79, 2005. Disponível em: <https://www.revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/205>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIDOTTO, Elaine *et al.* Dinâmica do ecótono floresta-campo no sul do estado do Amazonas no Holoceno, através de estudos isotópicos e fitossociológicos. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 37, n. 3, p. 385-400, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aa/a/3wwQdFFPH4DfZWtHWCzJqCS/?lang=pt#>. Acesso em: 18 nov. 2023.

Fontes orais

ALVES, Orlandino Adriano de Seixas [54 anos]. [abr. 2021]. Entrevistador: Danilo Gustavo Silveira Asp, Bragança, PA, 14 abr. 2021.

ANÔNIMA [24 anos]. [abr. 2021]. Entrevistador: Danilo Gustavo Silveira Asp, Bragança, PA, 19 abr. 2021.

CORRÊA, Marcelo Júnior Ferreira [32 anos]. [jun. 2018]. Entrevistador: Danilo Gustavo Silveira Asp, Augusto Corrêa, PA, 25 jun. 2018.

CORRÊA, Marciano de Souza [76 anos]. [ago. 2018]. Entrevistador: Danilo Gustavo Silveira Asp, Augusto Corrêa, PA, 31 ago. de 2018.

CORRÊA, Melquiades de Souza [76 anos]. [out. 2019]. Entrevistador: Danilo Gustavo Silveira Asp, Augusto Corrêa, PA, 19 out. 2019.

Recebido em 31/03/2023

Versão final reapresentada em 01/08/2023

Aprovado em 01/08/2023

Fonte de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Bolsa de Mestrado.

Conflitos de interesse: nada a declarar.